

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
ICESPI

João Cirineu Ferreira Feitosa de Pádua

CONCEPÇÃO POLÍTICA DE MAQUIAVEL

Teresina-PI
2015

JOÃO CIRENEU FERREIRA FEITOSA DE PÁDUA

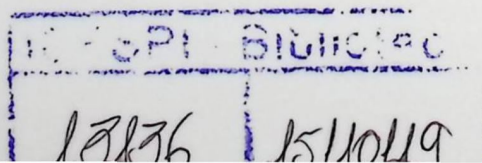
CONCEPÇÃO POLÍTICA DE MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Católico de Estudos Superiores do
Piauí, como requisito parcial para a obtenção do
grau de licenciado em Filosofia.

P. 40

Cod. 5857
100
P125c
Ex. 04

Teresina-PI
2015



JOÃO CIRINEU FERREIRA FEITOSA DE PÁDUA

CONCEPÇÃO POLÍTICA DE MAQUIAVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Filosofia.

Aprovado com conceito: _____

Teresina-PI, _____ de _____ de _____.

Banca examinadora

Examinador(a)

Examinador(a)

Examinador(a)

Agradecimentos

*A Deus autor da vida, a minha família por tudo que
tens me proporcionado durante toda a minha vida!.*

RESUMO

No presente trabalho, buscamos compreender a importância da leitura de Maquiavel para a formação da identidade política do Brasil. Para isso, analisamos o texto "Do Príncipe" e o "Discurso da Liberdade da Cidade de Florença", dois dos seus principais tratados. O primeiro trata da forma ideal de governo para um príncipe, enquanto o segundo discute a importância da participação popular na governança. Ambos os textos refletem a visão de Maquiavel sobre a natureza humana e a necessidade de um líder forte para garantir a estabilidade política. A leitura desses textos é fundamental para entender a formação da identidade política do Brasil, pois eles mostram a importância da liderança e da participação popular na governança.

Palavras-chave: Política, Maquiavel, Brasil, Identidade.

*"Os homens quando não são forçados a lutar
por necessidade lutam por ambição."*

Maquiavel

RESUMO

No presente trabalho faremos uma apresentação da concepção política de Nicolau Maquiavel. Para isto, buscamos ser fiel ao pensamento do autor, na perspectiva de identificar, sua teoria política, não com o intuito de aqui fazer juízo de valor, como muito tem sido criticado o pensamento de Maquiavel, durante esses quatro séculos. Na verdade, o que nos propomos aqui é expor o seu pensamento político a partir de toda a conjuntura em que ele viveu, para tornar mais clara a sua compreensão, pois entendemos que para concebermos avaliações sobre qualquer teoria se faz necessário primeiramente entendê-la e só, posteriormente depois de muito refletir se possibilita pensar alternativas que contraponham e apontem para outros caminhos que orientem no modo de agir moral e politicamente. Assim, iniciaremos apresentando todo o contexto cultural, político e econômico em que viveu Maquiavel, como também situando o autor dentro do movimento cultural que se tornou conhecido como Renascimento. A seguir, nos propomos a abordar, a reflexão política construída pelos gregos, sobretudo, por Platão e Aristóteles, dois expoentes da cultura filosófica que trata em seus escritos da teoria política, no entanto, não serviu de base para Maquiavel construir o seu pensamento. Logo depois, procuramos apresentar o pensamento do autor estudado, aquilo que realmente é construído por Maquiavel, a partir de algumas de suas obras e de comentadores. Ao longo da pesquisa, fomos percebendo que todas as ações apontadas estão relacionadas com o princípio de dominação e estas visam a conquista e manutenção do poder. No desenvolver do seu pensamento político, Maquiavel perde toda a noção de Moral e da ética, como até, então, tinha sido defendido pela tradição.

Palavras-chave: Política, Maquiavel, Ética, Estado.

ABSTRACT

In this paper we will show the political conception of Niccolo Machiavelli. For this, we seek to be faithful to the thought of the author, in order to identify, his political theory, not in order to make value judgment here, as much has been criticized thought of Machiavelli, during those four centuries. Actually, what we propose here is to expose his political thought from the whole environment in which he lived, to clarify your understanding, as we understand that to conceive assessment on any theory it is necessary to first understand it and only later after much thought was possible alternatives that counteract think and point to other ways to guide the way to act morally and politically. So, we will start presenting all the cultural, political and economic context in which Machiavelli lived, as well as placing the author within the cultural movement that became known as the Renaissance. Next, we propose to address the political reflection built by the Greeks, especially by Plato and Aristotle, two exponents of philosophical culture that comes in his writings of political theory, however, not provided the basis for Machiavelli build your thinking. Soon after, we try to present the thought of the study author, what is actually built by Machiavelli, from some of his works and commentators. During the research, we realized that all actions identified are related to the principle of domination and these are aimed at gaining and maintaining power. In developing its political thought, Machiavelli loses all sense of moral and ethics, but even then had been upheld by tradition.

Keywords: Politics, Machiavelli, Ethics, State.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	MAQUIAVEL: VIDA E OBRA	10
2.1	Itália no período de Maquiavel	10
2.2	Renascimento : movimento de ruptura	13
2.3	Vida de Maquiavel	14
2.4	Savonarola e Bórgia na vida de Maquiavel	17
2.5	Obras de Maquiavel	19
3	CENÁRIO POLÍTICO GREGO	20
3.1	Filosofia e Política da Fase História antecedente a Maquiavel: Platão, Aristóteles	20
3.2	A Natureza humana	23
3.3	O poder	26
3.4	A Importância da História	28
4	AS IMPLICAÇÕES DO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL NA NOVA TEORIA DO ESTADO	30
4.1	Realismo Político	30
4.2	Uma nova Ética	31
4.3	Virtú e Fortuna	34
4.4	Comportamento do Príncipe: Os Fins Justifica os Meios	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar o pensamento político de Maquiavel. O estudo da teoria política de Maquiavel, presente, sobretudo, na sua obra de maior expressividade *O Príncipe* impõe a necessidade de refletir a política distante da moral e da ética. Durante o trabalho, procuramos destacar também, alguns aspectos da vida e das obras do autor, como também o contexto histórico, a efervescência social, cultural e política em que viveu Maquiavel.

Dessa forma, podemos considerar como objeto de estudo da teoria política de Maquiavel a realidade política pensada, com base na prática humana concreta, sobretudo, da situação em que vivia a Itália de seu tempo. Maquiavel busca tais realidades por meio de estudos históricos com uma preocupação semelhante a dos humanistas: buscar no passado os exemplos para os problemas políticos do presente. Assim, não se pode estudar o pensamento de Maquiavel sem nos reportarmos a realidade histórica de sua época.

A reflexão sobre o pensamento de Maquiavel torna-se necessário para se compreender o a sua teoria política, uma vez que, Maquiavel inaugura um novo método de análise política., a partir dos fatos históricos que são lidos pelo próprio. De forma que, o pensamento de Maquiavel ora aplaudido, ora criticado com veemência, transforma-se em mito, a repercutir nas idéias políticas do Ocidente.

Em contra partida a todas as concepções de política já existentes em seu tempo, Maquiavel destaca, a importância da história na sua concepção de política. Nesse sentido, o estudo do pensamento de Maquiavel não pode estar dissociado de toda conjuntura histórica em que ele viveu. O seu pensamento é fruto de um tempo e Maquiavel faz toda uma leitura dessa realidade histórica a luz do cargo que ele assumia junto ao Estado Florentino.

Nesse sentido, ele implanta um novo jeito de compreender a ciência política. O cerne de seu interesse não é estudar o Estado ideal como foi refletido pelos gregos, mas sim, o fenômeno do poder, formalizado na instituição do Estado. Em meio a toda a análise da história que Maquiavel realiza, ele procura compreender como as organizações políticas se fundam, se desenvolvem, perseveram e decaem.

No primeiro capítulo desta monografia, procuramos apresentar todo o contexto histórico em que Maquiavel viveu e conseqüentemente todas as influências que o mesmo sofreu, sendo acompanhada de seus principais escritos como secretário do estado florentino. Ao refletir o pensamento de Maquiavel a partir de toda a problemática histórica, sobretudo, na época do

Renascimento, vamos perceber que o mesmo é fruto do seu tempo. Nesse sentido, não podemos compreender Maquiavel distante do contexto que ele viveu.

No segundo capítulo desse trabalho, abordamos o cenário político grego, uma vez que o pensamento político grego é base para qualquer reflexão posterior. Com a finalidade de abrir uma reflexão que facilite a compreensão da concepção política de Maquiavel, pensamos em apresentar o pensamento de personalidades que faz parte da história da filosofia, sobretudo, que refletiram acerca da política em seu tempo. Dentre os gregos, destacamos duas grandes personalidades que refletiram sobre a realidade política de seu tempo a saber: Platão e Aristóteles.

No último capítulo desta pesquisa, procuramos nos deter propriamente no pensamento de Maquiavel, apresentado assim, a sua visão política e os caminhos propostos por ele para o príncipe que deseja alcançar o poder. Tendo em vista a conquista e a unificação do Estado Italiano, Maquiavel traça todo um programa que deve ser seguido pelo príncipe que deseja conquistar e manter-se no poder, como também, a maneira como o príncipe ou aquele que governa deve agir para se manter no poder.

Assim fica claro, que não podemos, compreender o pensamento político de Maquiavel sem nos reportar-nos a toda a sua realidade histórica. A sua teoria política é uma proposta para aqueles que assumem o poder, sobretudo, os que desejam de uma maneira ou de outra conquistar e se manter no poder, nem que para isso, tenha que usar a força.

2 MAQUIAVEL: VIDA E OBRA

2.1 Itália no período de Maquiavel

É bastante discutível o pensamento de Maquiavel sobre a política, razão pela qual considera-se importante que é preciso, primeiramente, entender o seu contexto histórico e político no que se referem aos acontecimentos da Itália naquele período. No início do século XV, antes e também depois do nascimento de Nicolau Maquiavel, evidencia-se que na Itália em 1469, havia muitas formas de regimes políticos, diferentes formas de acontecimentos culturais, com grandes formações de Reinos e Estados, como por exemplo, Estado Florentino, família Médici, Reino de Nápoles. Atribui-se que todas essas formas de “governos e reinados” estão em busca de independência e poder dentro da península Italiana.

O que é, com efeito, a Itália em 1469, no momento em que nasce o futuro autor de O Príncipe? Um mosaico de Estados de dimensões territoriais, regimes políticos, estágios de desenvolvimento econômico, até culturas muito variáveis. Cinco grandes Estados “regionais”, opostos por conflitos frequentes, dominam a vida da península: Reino de Nápoles, nas mãos dos aragoneses; os Estados Pontifícios; o Estado Florentino há décadas sob o controle da família Médici; o ducado de Milão, e a República de Veneza. (LARIVAILLE, 1988, p.9).

Considerando que, o cenário dentro da Itália é conturbador, por tantos regimes políticos tentando de uma forma ou de outra conquistar territórios, surgiram assim, muitos conflitos. “A Itália, pulverizada, assiste, pasma, à fuga dos seus capitais, à perda de sua hegemonia e se entrega a lutas intestinas, onde as cidades-estados não mais conseguem fazer valer sua condição de centro do mundo” (MAQUIAVEL, 2015, p.09). Além disso, vale ressaltar, que dentro dos Estados da Itália, as grandes cidades também eram incapazes de se aliar, pela falta de instabilidade e descontrole político-militar, que por sua vez, eram entregues a disputas por poder e riquezas. Sobretudo, a Itália dá a outros Impérios a abertura para tomar posse das regiões mais atingidas pelos confrontos, Impérios estes, muito poderosos daquela época como, por exemplo, Espanha e França:

Na Itália do Renascimento reina grande confusão. A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente onde somente o cálculo político, a astúcia e ação rápida e fulminante contra adversários são capazes de manter o príncipe [...] esse panorama fluido e mutável, de país dividido em múltiplos Estados, contrasta com a situação da maior parte da Europa ocidental, em que alguns governos enfeixam todo o poder, e

sofre as consequências de um permanente intervencionismo. Os principados italianos apelam frequentemente para as monarquias absolutas europeias, a fim de solucionar as disputas internas; com isso a Itália torna-se vítima impotente. Alguns pequenos Estados sofrem a soberania do Império Germânico, e França e Espanha disputam a posse de vários de seus territórios. (XAVIER. *In*: MAQUIAVEL, 1983, p. VIII).

Nesse sentido, vale salientar que Florença, um município italiano, capital e maior cidade da região da Toscana, é considerada o berço do Renascimento italiano, e uma das cidades mais belas do mundo, a terra natal de Maquiavel. Nos meados do século XIV, foi atingida por uma grande crise em sua economia, por causa da peste negra, pois, as principais fontes de economia de Florença, naquele período, eram as indústrias de Têxtil (objetivo: a transformação de fibras em fios, de fios em tecidos e de tecidos em peças de vestuário). Essas indústrias fabricavam vestuários e muitas outras coisas, para vendê-los por quase toda a Europa. Com a peste, houve uma crise no comércio florentino. De forma que, Florença perdera muito em seu antigo vigor no comércio e nas finanças.

Mas como em toda crise financeira tem a sua flexibilidade, os florentinos aos poucos começavam a perceber um crescimento considerável em sua economia e, com o passar do tempo, os investimentos em outras indústrias contribuíram para as rendas que começavam a suprir às necessidades imediatas do povo.

Todo esse desenvolvimento econômico-industrial Florentino chamou a atenção de muitos estudiosos e pessoas influentes de outras regiões que viam em Florença uma cidade propícia ao Desenvolvimento, não só econômico, mas também no aspecto formativo, cultural e político passaram a ter um maior interesse pela cidade florentina. Todo esse desenvolvimento contribuiu significativamente para o surgimento do movimento denominado pela historiografia de Renascimento.

A Florença que Maquiavel conheceu e serviu era uma das duas grandes repúblicas que, nos últimos anos do século XV [...] sendo uma das maiores cidades da Europa, sofrera muito durante os anos da peste no século XIV, e a indústria têxtil florentina—espinha dorsal da expansão medieval da cidade---encolheu juntamente com a população europeia que comprava seus produtos. Entretanto, no curso do século XV, a prosperidade voltou a Florença, tanto no âmbito privado como no público [...] a cidade passou a ser um dos centros da nova cultura clássica criada pelos humanistas do Renascimento: professores e intelectuais que fomentavam escolas e bibliotecas. (GRAFTON. *In*: MAQUIAVEL, 2010, p. 25.26).

Antes mesmo do nascimento de Maquiavel havia na Itália grupos de pessoas com ideologias que entravam em contraponto com o período da Idade Média. Maquiavel está situado no período em que estão surgindo as ideias renascentistas. A reforma cultural

humanista preocupa-se, sobretudo, com o desenvolvimento das ciências, das artes, da política e até mesmo da religião.

Na Idade Média, tudo gira em torno de Deus, e da religião, com o renascimento cultural há um deslocamento, pois agora quem vai ocupar o centro das pesquisas é o ser humano. Tudo então começa a girar em torno do homem, é por isso, que essa renovação cultural ficou denominada de humanismo. Os idealizadores desse movimento retornavam a cultura da Antiguidade Clássica grego-romana, como inspiração para sua época, acreditando que a Antiguidade tinha representado o auge da história da civilização Ocidental.

A partir dos esforços inaugurais de Petrarca, uma série de escritos, que viriam a ser conhecidos como humanistas, iriam se dedicar a reviver o passado e a estudá-lo de modo desconhecido pelos séculos anteriores [...] e muitos outros descobririam o prazer de escrever em latim da forma como Virgílio o fizera, de pensar a organização das cidades, suas instituições e suas construções como materiais nobres e importantes de reflexão. Ao lado disso, abandonaram o preconceito contra a ação e passaram a se preocupar com o andamento da vida política, convencidos de que assim viviam de maneira intensa seu próprio tempo, recuperando, através do passado, prazer do convívio humano e da vida na terra. Esse esforço correspondia, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de cidades como Florença, que se tornaram centros poderosos na Europa, tanto por suas manufaturas quanto por seu poderio financeiro. Com eles surgiu uma cultura nova, baseada no elogio do homem e na crença em suas imensas potencialidades. Libertos das amarras do mundo medieval, os humanistas abriram as portas da modernidade, acreditando que a condição pecadora do homem não resumia toda sua natureza. Ao contrário, como disse Pico Della Mirandola (1463- 1494) [...] a vida na terra não é só espera da vida eterna e sofrimento, mas também um momento de alegria e de construção de um mundo melhor. (BIGNOTTO. *In*: MAQUIAVEL, 2007, p. XXIV. XXV).

Salienta-se ainda, que Maquiavel, desde criança, teve contato com as ideias humanistas, por meio dos seus escritos. De certo modo, esse contato com tais ideias o influenciou na sua vida política: “Essa formação humanista talvez seja a chave para explicar por que Maquiavel recebeu inesperadamente seu cargo no governo no verão de 1498” (SKINNER, 2010, p.15).

Outro marco que também aconteceu no período de Maquiavel, que se deve destacar, é que não se pode falar de Florentino sem fazer uma retrospectiva da renascença, de modo que “conhecer o pensamento de Maquiavel ficaria prejudicado sem as considerações necessárias sobre o período em que viveu, a Renascença”. (BARROS, 2012, p.14).

2.2 Renascimento: movimento de ruptura

O Renascimento é um movimento artístico-cultural, que invadiu o Ocidente no século XV e XVI pelo desenvolvimento das artes, da ciência, da política e da economia. O Renascimento fortemente influenciado pelo desenvolvimento comercial e a agitada atividade cultural no Ocidente, fez surgir o movimento intelectual centrado no homem, denominada de antropocentrismo.

O teocentrismo cede lugar ao antropocentrismo, humanista e constetador. O homem acredita em seu potencial e na razão. Tudo o que é real é racional; e, nessa concepção, o experimental, o técnico e o científico atropelam todos os conceitos de fé, de Deus e da Igreja. (MAQUIAVEL, 2015, p. 09).

Essa mudança de mentalidade pode ser percebida nos defensores desse movimento denominado de humanistas, que fazem um retorno aos clássicos, procurando recuperar a cultura grego-romana, a qual representava para eles o modelo perfeito de civilização. Esse movimento buscava libertar-se das disciplinas dos intelectuais da Idade Média, para volta-se a Antiguidade clássica, a qual era estudada pelos humanistas e não mais pela tradição cristã.

Com esse movimento, surge uma nova visão de mundo e homem, dando origem ao período que ficou conhecido na história de Modernidade. Se na Idade Média Deus é centro de tudo, com o renascimento o centro se descola de Deus para o homem, onde tudo pode ser explicado pela razão humana e pela ciência. Nesse contexto de novas idéias, Maquiavel procurava explicar as contradições de sua sociedade, não utilizando um apelo transcendental, mas sim com explicações científicas reais.

Segundo Burckhardt, o Renascimento seria, portanto uma época que viu surgir nova cultura, oposta à medieval. E a revivescência do mundo antigo teria desempenhado nisso papel importante, mas não exclusivamente determinante. Escreve Burckhardt: “o que devemos estabelecer (...) como ponto essencial é que não foi ressuscitada da antiguidade por si só, mas sim ela e o novo espírito italiano [...] assim, partindo do renascimento da antiguidade passou-se a chamar de “Renascimento” toda essa época, que, porém, é algo mais complexo do que isso: com efeito, é a síntese do novo espírito que se criou na Itália com a própria Antiguidade—é o espírito que, rompendo definitivamente com o espírito da época medieval, inaugurou a época moderna. [...] estabeleceu que o termo “ Renascimento” não pode, absolutamente, ser considerado como mera invenção dos historiadores do século XIX, pelo simples fato de que os humanistas usavam expressamente (com insistência e com plena consciência) expressões como “fazer reviver”, “fazer voltar ao antigo esplendor”, “renovar”, “restituir a nova época em que viviam à época medieval. (REALE, 2007, p.25).

Partindo de um pressuposto que Maquiavel nasceu em um período em que a Renascença estava em ascensão, e pela sua constante busca de querer despertar para uma visão antropocêntrica, é perceptível, no pensamento de Ernst Cassirer, quando afirma que Maquiavel é filho da sua época, considerando essas concepções a respeito de colocar o homem acima ou no centro das coisas, seria aplausível. “Todos os autores salientam que Maquiavel é ‘um filho de sua época’, que é um testemunho típico da Renascença” (BARROS, 2012, p.18).

A renascença faz surgir uma nova sociedade, que marcou a passagem do mundo medieval para o moderno, estabelecendo o alicerce da sociedade Ocidental atual. No entanto, apesar de ter revolucionado a forma de ver o mundo, a natureza e o homem, as obras renascentistas ainda são impregnadas do universo religioso, reinante no período medieval. Tal afirmação é comprovada nas obras de Michelangelo, na pintura de Da Vinci e outros.

2.3 Vida de Maquiavel

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença Estado da Itália no dia 03 de maio de 1469, morreu em 1527 aos 58 anos de idade, período em que havia uma efervescência das inovações provindas do movimento renascentista, do qual ele foi influenciado politicamente. Nesse sentido, podemos dizer que Maquiavel começou a ter contato com a política, desde a sua infância, como espectador passivo, observando o cenário político em que transcorria na Itália de sua época, com a “política maquiavélica” que ali predominava.

O Pai de Maquiavel, Messer Bernardo di niccoló di buoninsegna,[...]apesar da origem aristocrática, só conseguiu manter a família devido a seu trabalho como advogado[...]Já à mãe Bartolomea de ‘nelli, foram atribuídos talentos poéticos, cogitando-se que dela nosso autor teria herdado o pendor para essa arte que lhe inflamara a vida.[...]Nicolau iniciou seus estudos, em 6 de maio de 1476, aos 7 anos sob o magistério de um tal Matteo, com quem, a fim de familiarizar-se com os primeiros elementos da língua latina, passou a ler Donatello.[...] Malgrado as dificuldades, obteve uma boa educação, sendo, além do latim, versado em retórica. Seu poeta preferido era Virgílio, travando contato também com historiadores do período clássico, Tucídides, Tácito, e o já citado Tito Lívio. Entre modernos dedicava-se à leitura de Dante, Petrarca e Boccaccio. (BARROS, 2012, p.20.21).

Vale ressaltar que, as influências que Maquiavel sofreu a partir do contato com as ideias humanistas, vieram particularmente de seu pai Bernardo, que fazia parte da aristocracia da época e como advogado teve bastante contato com todas as classes sociais. Nesse sentido, toda formação de Maquiavel foi a partir dos ideários do movimento humanista que fortemente

se fazia presente na Itália de sua época. No entanto, apesar de ser filho advogado e de sua inteligência, não podemos considerá-lo como um homem erudito, pois no período da sua formação não conseguiu aprender o grego. Contudo, ele pode ser considerado como um dos mais originais pensadores do renascimento, embora em vida não tenha desfrutado desse reconhecimento.

Dessa forma, os conflitos e as transformações sociais da época, podem ser apresentados como fontes de inspiração para o pensamento e consequentemente, a obra de Maquiavel. Nesse sentido, cabe então ressaltar todo o período histórico em que viveu Maquiavel para melhor compreender a sua obra. Uma vez que, sua obra provém mais da realidade prática do que de uma teoria abstrata. Na verdade, Maquiavel faz toda uma leitura da realidade política presente na sociedade em que viveu, tendo suas raízes no pensamento político medieval e são expressas tão bem na sua obra intitulada de o “*Príncipe*”.

O Diário que Bernardo manteve entre 1474 e 1487 mostra que, durante os anos de crescimento de seu filho Nicolau, estava entregue ao estudo de vários dos principais textos clássicos sobre os quais se fundava o conceito renascentista “as humanidades”[...] O Diário de Bernardo também mostra que, apesar das grandes despesas acarretadas – que enumerou preocupado –, ele se empenhou em fornecer ao filho uma excelente formação nos studia humanitatis. [...] Quando Maquiavel estava com doze anos, já completara o segundo estágio e fora encaminhado aos cuidados de um famoso mestre-escola, Paolo da Ronciglione, que dava aulas a muitos dos mais ilustres humanistas da geração de Maquiavel. (SKINNER, 2010, p. 14. 25).

É notável que Maquiavel provém de um âmbito meio turbulento em Florença, que era administrada pela família dos Médici. Leva-se em conta um acontecimento marcante na vida de Maquiavel quando criança: a posse do poder de Lourenço em Florença, mais conhecido como O Magnífico, pois os Médici tinham dois herdeiros: Julianos e Lourenço, e como logo tentaram matá-los, mas Lourenço mostrou como aquele que tem poder deve agir em determinadas ocasiões, mandando matar todos os envolvidos (Cf. BIGNOTTO, 2003, p.8).

É vivendo nesse ambiente conflituoso que Maquiavel faz a leitura de toda a realidade política de sua época, chegando a afirmar que a força é justa quando necessária. Sendo um homem inteligente e positivo restringiu-se aos fatos que essa própria realidade lhe proporcionava. No entanto, Maquiavel não ambiciona ser imitado, como costumamos compreendê-lo a partir da sua obra, mas queria apresentar a dura realidade pela qual passava. Por isso, ele faz toda uma leitura da história política de sua época.

Após o fim do governo de Savonarola, Maquiavel é indicado como secretário da segunda chancelaria, tornando-se responsável pelas missões diplomáticas para o governo

florentino. Nesse período, Maquiavel demonstra grande interesse pela política e também pelas várias funções que o mesmo desempenhou durante a sua vida, junto aos vários governos com quem trabalhou.

O trágico destino do fanático Savonarola coincidiu com o início da carreira de Maquiavel. Cinco dias depois da execução do frade, dia 28 de maio de 1498, nosso pensador é indicado como secretário da segunda chancelaria pelo conselho dos Oitenta, sendo sua nomeação ratificada em 19 de junho pelo Conselho Maior. [...] De 1498 a 1512 foram quatorze anos dedicados intensamente aos assuntos políticos, ao longo dos quais nosso autor realizou várias e importantes missões ao exterior tratando de questões cruciais para o governo florentino. Ressalve-se que nessas legações não ostentava o posto de embaixador principal: o *orador*, mas o de diplomata de menor projeção, frequentemente um secretário, cuja função era orientar aquele que detinha os plenos poderes. (BARROS, 2012, p. 22.24).

No entanto, quando Florença passou por um grande conflito entre o Papa Júlio II e o rei da França, enfraquecendo o seu poder e dando lugar a volta dos Médici, Maquiavel foi expulso tanto de seu cargo do governo como de Florença, passando a viver em uma propriedade que herdara da família, em São Casciano. Nesse exílio tenta ainda, ardorosamente voltar às graças da família que ocupa o poder, no entanto, é visto com desconfiança pelo governo dos Médici e é demitido em 07 de novembro de 1512.

Quando saiu do cárcere em 1513, beneficiado por uma anistia, Maquiavel era um homem pobre e amargurado. Restou-lhe recolher-se a uma pequena propriedade rural que possuía em San Casciano, da qual deveria retirar o sustento para sua família (BIGNOTTO, 2003, p. 17.18).

No entanto, quando os Médici retornam ao poder, Maquiavel trabalha de forma incansável para obter o reconhecimento da família, e desta forma, pode se dedicar àquilo que acreditava ser verdadeira vocação: sua predileção aos assuntos do Estado. Esta parece ser sua vocação e dever e estar acima de quaisquer interesses, independentemente de quem estivesse no poder. Mas por ter sido ganfaloneiro¹ do governo florentino é visto com desconfiança pelo governo dos Médici.

Neste período em que Maquiavel viveu em seu Exílio, ele se empenhou a escrever, é fruto desta época, o livro dedicado a Lourenço Médici, retratando assim, a sua grande

¹ Cf. A palavra ganfaloneiro vem da palavra italiana gonfaloniere, originada de "gonfalone" que quer dizer bandeira ou estandarte das cidades-estados. No entanto, a palavra ganfaloneiro era uma função pública muito prestigiada nas comunas da Itália renascentista e medieval, sobretudo, em Florença, a cidade onde nasceu Maquiavel.

experiência na área política, e de seus contatos com homens que se destacaram no decorrer da história política (Cf. CHEVALLIER, 1957, p. 25). Diante dessa situação, a sua única opção era viver longe da política. No entanto, apesar de ter sido afastada da vida pública, enquanto político, seus escritos o tornaram imortal.

2.4 Savonarola e Bórgia na vida de Maquiavel

Durante sua vida, Maquiavel viu florescer a cultura e o poder político de Florença, sob o comando de Lourenço de Médici, conhecido como o magnífico. Nesse contexto, ele presenciou a expulsão do filho e sucessor de Lourenço, Piero de Médici, pelo monge dominicano Savonarola, criador da República Florentina. Sendo assim, as atitudes de Savonarola chamaram atenção de Maquiavel, sobretudo, em sua oratória, onde ele conseguia persuadir por meio do discurso um grande número de intelectuais da época. Nesse sentido, houve uma grande preocupação do monge Savonarola pela vida política, a ponto de Criar a República Florentina. Este é um dos aspectos mais importantes na vida do monge, que chama atenção de Maquiavel.

Mais uma vez o membro da família Médici, Piero, que sucedera Lourenço o Magnífico à frente do governo da cidade, não se mostrou a altura dos acontecimentos. Com a aproximação das tropas francesas [...] ele simplesmente abandonou Florença, deixando-a à mercê dos soldados e ávidos por saques e pilhagem.[...] Dentro os negociadores que ajudaram a salvar Florença, encontra-se um frade,[...] Jerônimo Savonarola. Orador brilhante e homem de costumes austeros, ele arrebanhado um grande número dos franceses. Com a queda de Piero, o profeta se transformou na principal peça de um regime republicano, que pretendia varrer para sempre os males provocados pelo longo domínio dos Médici. (BIGNOTTO, 2003, p. 10.11).

Maquiavel serviu na administração da República de Florença durante 14 anos. Nesse tempo ele viajou bastante para visitar as embaixadas europeias, como também conheceu vários dirigentes políticos, dentre eles, podemos destacar, César Bórgia, o qual sentiu predita admiração. Como secretário da República Florentina, a viagem mais memorável de Maquiavel foi para visitar César Bórgia, estabelecido na Romagna. “Os três meses que passou em companhia de César Bórgia, em missão no fim de 1502 e início de 1503, representavam para Maquiavel uma prática política que o inspirava em sua obra mais discutida e que venceu o tempo” (MAQUIAVEL, 2015, p. 10)

Portanto, Maquiavel, por ser “porta-voz” do governo Florentino, ficou responsável para falar com César Bórgia², com o propósito de saquear Florença, foi nesta empreitada que percebeu uma grande capacidade de liderança do poder na Itália. Para Maquiavel César Bórgia seria o homem capaz de defender a Itália das intervenções estrangeiras.

[...] Essa missão marca o início do período de formação mais intensa na carreira diplomática de Maquiavel, quando pôde desempenhar o papel que mais lhe agradava: o de observar direto e assessor do governo da época. [...] Maquiavel reconhecia que Bórgia não era um simples *condottiere* arrogante, e sim alguém que “agora deve ser visto como um novo poder na Itália”[...] Embora admirasse as qualidades de liderança de Bórgia, desde o início Maquiavel sentiu certo desconforto em relação à assombrosa autoconfiança do duque. [...] “desde que estou aqui, o governo do duque tem se fundado apenas em sua boa fortuna”. (SKINNER, 2010, p.19.21, grifo do autor).

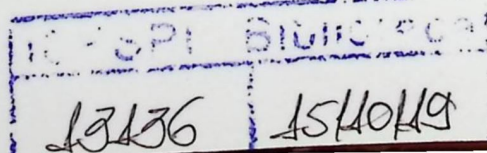
Maquiavel sempre expressou grande admiração pelos métodos utilizados por César Bórgia para esmagar seus adversários. Quando seus métodos e advertências começaram a ser utilizados em maior amplitude, Maquiavel tentou então, mostrar o verdadeiro sentido das idéias que o inspiraram, isto é, passou publicamente a chamar a atenção de todos sobre os perigos inerentes que eventualmente poderiam ocorrer, no caso de que seus conselhos não fossem prontamente seguidos.

2.5 Principais escritos de Maquiavel

Durante a sua vida, Maquiavel se dedicou a vida política na secretária do governo dos florentinos. De forma que toda a sua história é marcada pelos acontecimentos políticos que a rodeia. Nesse sentido, os escritos mais significativos de Maquiavel abordam questões apolíticas vigentes em sua época.

Assim, os seus poucos escritos são frutos de seu contato com o mundo da política, especificamente durante o período em que passou na secretaria do governo florentino. Dentre as suas obras mais importantes podemos destacar as suas duas grandes obras que foram públicas ainda em vida. A Mandragóra (La Mangragola) publicada em 1524, que é considerada até hoje como uma das mais brilhantes comédias italianas; A arte da guerra (Arte

² Em abril de 1501, Bórgia foi nomeado duque da Romanha por seu pai, o papa Alexandre VI. A partir daí, ele deu início a uma série de campanhas audaciosas para conquistar um território que ficasse à altura do novo título tão retumbante (SKINNER, 2010, p.19).



della gerra), de 1519-1520 que descreve o local onde se reunia a academia florentina e onde tinha sido colocada a estatuária retirada aos Médici.

É bastante discutível a ideia de que Maquiavel faz uma referência à cultura dos antigos romanos em que os mesmos eram muito organizados em sua força militar. O governante, partindo deste pressuposto, poderia organizar melhor sua cidade, como mostra no livro *A Arte da Guerra*:

A justificativa expressa para esse desdobramento do pensamento maquiaveliano e, assim, do trânsito das obras políticas ao tratado de estratégia militar, a encontramos já na abertura de *A Arte da Guerra* [...] O é dizer que para Maquiavel o cuidado com a segurança é central e crítico para a vida civil, de sorte que, deixado de lado, a consequência inevitável será a ruína das cidades imprudentes [...] É exatamente daí que vem, pois, a ideia de que um povo e uma cidade livres são uma cidade e um povo armados, tese essencial, que, tida por Maquiavel como uma verdade tão insofismável quanto negligenciada, o levou à escrita deste *A Arte da Guerra* [...] Do ponto de vista metodológico, o pressuposto e a tese principal do livro é que se deve pensar a problemática militar dos modernos à luz das lições dos antigos, notadamente dos romanos, os quais, como ninguém, foram capazes de organizar-se militarmente. (TORRES. In: MAQUIAVEL, 2008, p.11.12, grifo do autor).

Foi neste cenário que Maquiavel teve contato com uma versão dos seus discursos acerca da primeira década de Tito Lívio, escrito em 1517 e publicadas em 1531. De acordo com a obra *Discursos*, que discorre sobre a primeira década de Tito Lívio, Maquiavel tem o objetivo de orientar que esta obra irá para além de um comentário sobre a crise pela qual passava a Itália naquela época. Baseando-se na orientação dos antigos em relação à organização institucional, o governante terá bom êxito em sua atividade política.

As suas outras obras incluem a “Vita di Catruccio Castracani” de 1520; “Um Condottiere que governou Lucca” de 1316 a 1328; “Uma Istorie Fiorentine” escrita entre 1520 a 1525; “As comédias de Clizia e Andria” escrita por volta de 1524 e o conto “Belfagor”.

Já a sua obra mais conhecida, intitulada de “O Príncipe” foi escrita em 1513 e somente publicada em 1531 depois da sua morte. Vale ressaltar que, tanto no “Príncipe” como nos discursos aparecem o que alguns intérpretes de sua obra chamam de novo paradigma na visão que separa a ética da política. Sem o recurso da ética ou da moral, Maquiavel é o primeiro a discutir a política e os fenômenos sociais, nestes escritos.

3 CENÁRIO POLÍTICO GREGO

3.1 Filosofia e Política da Fase História antecedente a Maquiavel: Platão e Aristóteles

Para falar de política na ótica de Maquiavel é fundamental salientar que seu pensamento, de certo modo, foi um contraponto do ideário político da Antiguidade. Como toda teoria política tem suas bases no imaginário político elaborado pelos gregos, faz-se necessário se visitar, o pensamento dos teóricos que contribuíram na construção de um sistema político fundamentado na Justiça e na Ética. Para eles, deveria haver uma integração entre Justiça e Educação, pois o homem só poderia agir eticamente, tendo consciência dos valores necessários a cidadania, se tivesse acesso ao conhecimento.

Nesse ínterim, procuramos refletir a partir do pensamento de grandes teóricos que contribuíram na construção da teoria política e que antecederam Maquiavel. Vale ressaltar que, nos determos na teoria política de: Platão, Aristóteles. No entanto, poderíamos nos perguntar, qual a importância de se visitar esses autores tão distantes do nosso tempo, e além do mais, distante da compreensão política elaborada por Maquiavel?

Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e, atrás de si, os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram. (CALVINO, 2006, p 05).

Por acreditarmos que, o pensamento político elaborado pelos antigos esta imbuído do conjunto de valores que apontam para a vivência e a aplicabilidade da ética, diferente da teoria política elaborada por Maquiavel, resolvermos fazermos um retorno ao pensamento dos clássicos, para compreendermos o conceito de política construindo pelos gregos. No entanto, vale ressaltar que Maquiavel nos seus escritos, fez uma leitura da conjuntura política de sua época, não uma reflexão sobre a política em si mesmo.

Nesse sentido, Platão³ ao relatar sobre a política na *REPÚBLICA*, faz uma ligação entre filosofia e política, pois para ele só o filósofo tinha condições de manter um Estado ideal, fundamentado nos valores da justiça e do bem. Para Platão, o filósofo seria o governante ideal

³ Dentre os clássicos, Platão foi o primeiro a tratar propriamente acerca da teoria política. Por ter vivido durante a sua juventude em um dos períodos mais agitados da democracia grega, Platão fica desiludido com a política facciosa de sua época. Diante disso, decide dedicar toda a sua habilidade nessa arte àquilo que na sua concepção é princípio mais sólido e mais nobre: a educação. De forma que, ele se torna uma espécie de político-educador na Polis.

da polis grega, pois tendo alcançado o mais alto nível da racionalidade por meio da educação, ele iria proporcionar um Estado que fosse melhor para os cidadãos.

A República é precisamente a da coincidência da verdadeira filosofia com a verdadeira política. Apenas na condição de o político se tornar filósofo (ou vice-versa) é que se torna possível construir a Cidade autêntica, ou seja, o Estado verdadeiramente fundado sobre o valor supremo da justiça e do bem. [...] os governantes deverão ser aqueles que tenham amado a Cidade mais do que os outros, tenham aprendido a conhecer e contemplar o bem. (REALE, 2012, p. 162. 163, grifo do autor).

Nesse sentido, o projeto político pensado por Platão, visava moldar os cidadãos da polis grega por meio da educação, para que ele pudesse se tornar cidadãos justos e virtuosos. Há nesse sentido, um grande esforço do filósofo, em procurar obter um modelo formativo que favorecesse o crescimento ético-político de todo cidadão grego. Assim, Platão dedica bastante tempo de sua vida, refletindo acerca da política e da vivência e aplicação da justiça na polis.

Para Platão, quanto mais o homem se ajusta no seu meio social e se eleva por meio da educação tomando consciência dos valores necessários à cidadania, tanto mais lhe será fácil a prática da virtude. Ciente de que a justiça e o bem são os fundamentos da boa convivência humana e da ciência, Platão realçou esses dois princípios como a norma a ser cuidadosa e rigorosamente observada na formação do cidadão e da cidade (Estado). Nesse sentido, só se pode instalar um estado ideal por meio da educação.

Nesse sentido, Platão é o criador não somente da primeira das teorias da sociedade ideal, mas também da teoria da relação cidade – indivíduo como uma homologia entre macrocosmo e microcosmo (isto é, entre cidade e alma), e ainda da teoria que tem a rígida educação do governante como pressuposto e a educação consequente felicidade do cidadão como meta. (WATANABE, 1995, p. 34-35).

No tocante a formação do cidadão, Platão procura partir de cima para baixo, na esperança de que, se os dirigentes da cidade forem educados e instruídos, esses se encarregarão de orientar e esclarecer o povo do seu papel. Nesse sentido, podemos afirmar que, educação, instrução e justiça constituirão o núcleo da existência e sobrevivência da *República*.

Aristóteles, em seus escritos, especificamente em sua obra intitulada *Ética a Nicômaco*, trata da relação necessária entre a política e a justiça para a administração da cidade. De forma que, para Aristóteles a política é a ciência prática suprema e sua finalidade é a realização dos que compõe a cidade. Nesse sentido, a política na concepção aristotélica deve buscar a realização humana na sua totalidade, embora, não esqueça a singularidade de cada cidadão.

“Esses vínculos se explicam, sobretudo, pela finalidade última que Aristóteles atribui a obra política e que ele afirma ser a felicidade dos que compõe a cidade” (BODÉUS, 2007, p. 13).

Como foi dito no início da reflexão, política e ética no pensamento grego não se separam. É por isso que, nos capítulos introdutórios de *Ética a Nicômaco*, Aristóteles aplica o termo político a um assunto único: a ciência da felicidade humana, somente depois irá subdividi-la entre ética e política.

Na visão de Aristóteles a felicidade humana consiste em uma certa maneira de viver, e na sua relação com o outro na comunidade, com isto, ele resume a política a vida na polis. Então, a sua teoria política abordada na *Ética a Nicômaco* resume a política na maneira pela que qual o homem deve viver para chegar à felicidade. No entanto, a forma de governo e as instituições devem manter e garantir ao homem esse caminho da acessibilidade a felicidade.

Contudo, aqui nos restringimos à interpretação da *Ética a Nicômaco*, porque ela trata dos conceitos de Aristóteles com mais pormenores e tem mais relação com a discussão existente na política [...] Existe, pois, uma interconexão necessária entre a vida individual e a vida comunitária que para Aristóteles, significa uma relação íntima entre Ética e Política. [...] “Política põe o seu principal cuidado em fazer com que os cidadãos sejam seres de uma certa qualidade, isto é, pessoas honestas e capazes de nobres ações”. (ELÓI, 1986, p.15.18).

Embora renascentista, Maquiavel supera o renascimento em alguns aspectos, ele recusa fazer política a modo dos clássicos. Assim, a política é pensada por Maquiavel a partir da observação e experiência real no contexto em que ele vive. Nesse sentido, para Maquiavel a cidade não se configura como um todo homogêneo e harmonioso instaurado pela razão como idealizava os gregos. Para ele a cidade é uma criação humana por meio de homens que vivem em conflitos. Como diplomata e conselheiro de governo, Maquiavel visualiza a cidade dividida em dois grupos opostos: os poderosos que procuram oprimir e comandar e o povo que não quer ser oprimido e comandado. Toda essa realidade é expressa no “Príncipe”.

A preocupação de Maquiavel não está centrada nem na lei natural, nem na lei ideal que poderia governar a política [...] é muito mais fruto da experiência, e muito menos fruto da inteligência, e que repassa experiência de política e de poder como 2 formas de orientação para a condução do Estado e do governo. Ao afastar-se da tradição de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, retira dos clássicos romanos (Tácito, Tito Lívio, Políbio...) inspiração para formação de sua regra metodológica. (BITTAR, 2002, p.131.132).

Nesse sentido, Maquiavel recusa a ideia da comunidade uma homogênea, voltada para bem comum como defendia o pensamento político grego. Para ele, a verdadeira finalidade da

política que ocorre em uma realidade de conflitos, não seria a justiça e o bem comum, como asseguram os gregos, mas a tomada e manutenção do poder, em vista da construção de um estado de ordem civil. De acordo com isso, Maquiavel defende que não é a lógica racional da justiça e da ética que comanda a política, mas a lógica da força transformada em lógica do poder e da lei.

Nesse sentido, Maquiavel descortina a lógica a hipocrisia nos discursos políticos dos poderosos quando evidencia que a lógica da política encontra-se calcada fundamentalmente na lógica da força. Os valores políticos são medidos pela eficácia prática e pela utilidade social e não pela moralidade privada dos indivíduos como pensava os gregos. Sendo assim, Maquiavel realiza uma ruptura com a concepção política clássica. De forma que ele efetua uma cisão profunda entre política e moral e reconhece nos confrontos das forças políticas a origem e a sustentação do poder.

A *República* de Platão e a *Ética a Nicômaco* de Aristóteles apresentam o tema do governo e da cidade em termos ideais. O bom governo, proposto na *República*, requer como condição prima, a coincidência entre poder político e conhecimento filosófico.

3.2 A Natureza humana

Para compreendermos a teoria política de Maquiavel, faz-se necessário nos reportarmos ao conceito de Natureza humana, uma vez que, em seus textos há uma inequívoca conexão entre natureza humana e política. No entanto, Maquiavel não entra no mérito de uma discussão conceitual da natureza humana, apenas fornece indicações gerais de como o concebe, nas várias operações teóricas que faz deste conceito.

Nesse sentido, o conceito de natureza humana é compreendido por Maquiavel como um conjunto de características específicas básicas, constitutivas da espécie humana e que, de modo geral, são invariantes. Destas características derivam padrões de comportamentos humanos que são definidas pelas circunstâncias históricas, incluindo aí as escolhas subjetivas, racionais e as ações emocionais dos agentes. Desta forma, fins políticos, propósitos e programas de ação são fins e programas racionais, pois são sempre processadas pela razão humana. Então, para Maquiavel esta é a realidade efetivada do ser humano. De forma que, o imaginário e simbólico são, ao mesmo tempo, produto da natureza e despregamento da mesma.

A referência à maldade humana é parte integrante de seu combate contra a tradição cristã, faz parte da construção de sua filosofia política, mas não funda necessariamente uma antropologia no sentido estrito. Trata-se, como procuraremos mostrar, de uma estratégia argumentativa, mais do que de uma construção conceitual acabada. [...] O que Maquiavel busca com a afirmação de sua antropologia negativa é simplesmente encontrar os eixos centrais de sua argumentação prestando atenção apenas às determinações que emergem do estudo das variáveis de caráter político. (BIGNOTO, 2008, p. 82-83).

Nesse sentido, para Maquiavel os homens são definidos por ambivalências complexas. São, por natureza, desejantes, racionais e emocionais. Sendo assim, a liberdade humana na faculdade de desejar, ela integra também a razão e as emoções, onde cada ser humano é capaz de desenvolver suas capacidades inatas de forma adequada num viver político comum adequado.

É por que, no capítulo XV da obra *O Príncipe*, Maquiavel demonstra a ação do governante não esta centrada na realização do bem, pois para ele seus súditos não são tão bons. Desta forma, as escolhas humanas não são escolhas apenas morais, mas também materiais e emocionais. Para Maquiavel, “o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinado entre tantos que não são bons” (MAQUIAVEL, 2010, p. 97).

Em sua obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, Maquiavel lembra que os homens evitam o mal para si, colocando o mal para os outros: “os homens procuram vencer o medo fazendo medo aos outros; e esquivam-se da injúria lançando-a sobre o outro; como se fosse necessário ofender ou ser ofendido” (MAQUIAVEL, 2007, p.137).

Ao retratar sobre a maldade na natureza humana, Maquiavel não está afirmando que todos os seres humanos sejam tão maus assim, pois se partíssemos deste pressuposto, seria impossível se viver em sociedade. Com isto, Maquiavel adverte ao governante que assume o poder, a necessidade de uma permanente vigilância, para que seu governo não fosse afetado pela natureza humana, uma vez que, o homem pode ser afetado por seus maus desejos, e levando-o a perder o poder com suas paixões e instintos malévolos.

Maquiavel não quer dizer que todos os homens sejam ruins e ajam sempre com maldade. Se fosse desta forma não seria possível conviver em sociedade e acabaríamos entrando numa guerra “de todos contra todos” como temia Hobbes, [...] o que nos ensina o secretário florentino é que não podemos agir na suposição de que os homens corresponderão às nossas expectativas e, por isso, devemos sempre estar precavidos contra a manifestação de sua natureza má. (BIGNOTTO, 2003, p.20).

Maquiavel escreve sua obra *O Príncipe* tanto para o povo, como, principalmente, para os príncipes ou os governantes daquela época. Desta forma, o príncipe deve agir recordando-

se sempre das podridões dos homens, compreendendo que nem sempre se pode confiar nestes homens que estão ao seu redor. A preocupação de Maquiavel é mostrar que os homens não são tão bons como demonstram, pois sempre vão agir conforme seus interesses: “Os homens dissimulam com frequência seus desejos, mas nunca agem contra seus interesses” (BIGNOTTO, 2003, p.34). Quando o secretário florentino aborda acerca da maldade humana, adverte os governantes que é mais prudente ser temido do que amado, pois é mais fácil o povo respeitar por temor, do que por amor.

Porque, de modo geral, pode-se dizer que os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávido de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, [...] entretanto, quando surgirem as dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará [...] os homens têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer [...] mas, como os homens são maus, se aproveitam da primeira ocasião para rompê-lo em benefício próprio, ao passo que o temor é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca. (MAQUIAVEL, 2010, p.102).

Nesse sentido, é impossível se pensar num modelo ideal de governo como idealizou os gregos, pois a degenerescência da existência humana e de suas formas de vida políticas tanto pode decorrer de uma inadequada hierarquia da razão sobre atividade ética, quanto de uma inadequada hierarquia da atividade ética sobre a razão. Então, para Maquiavel a teoria do bom governo é uma teoria da melhor possibilidade de governo, na qual as instituições e as normas precisam manter uma relação adequada com aquilo que o homem traz de sua natureza.

Sua carreira como funcionário do estado e o contato com os homens da antiguidade clássica leva Maquiavel a concluir que por toda parte, e em todos os tempos, pode-se observar a presença de traços humanos imutáveis. Por isso, que ele afirma no capítulo XVII do *Príncipe* ser os homens, ingratos, volúveis, simuladores, coverdes ante os perigos e ávidos de lucro. Esses adjetivos negativos compõe a natureza humana e mostram que o conflito e a anarquia são desdobramentos necessários dessas paixões e instintos malévolos.

3.3 O Poder

Maquiavel foi um dos grandes responsáveis pela noção moderna de poder. Se distanciando da tradição que considera tendência do homem para a vida em sociedade e o bem viver como naturais, ao contrário, Maquiavel sublinha que os homens tendem sempre para à divisão e à desunião. Deriva daí uma constante tensão social, marcada pelo conflito de desejos entre dois grupos sociais distintos: o povo que não deseja ser oprimido pelos grandes, e os grandes que, inversamente, desejam oprimir e dominar o povo.

A história é mestra de nossos atos e máximas dos príncipes; e o mundo sempre foi, de certa forma, habitado por homens que sempre têm paixões iguais; e sempre houve quem serve e quem ordena, e quem serve de má vontade, e quem serve de boa vontade, e quem se rebela e se rende (MAQUIAVEL, 2000, p. 165).

Nesse sentido, para Maquiavel a política, é marcada, então, não pelo ideal de unidade entre os homens, mas por algo que faz parte da vida humana, a constante luta pelo poder. É por isso, que os homens mentem, matam e se julgam acima dos princípios morais. Desta forma, Maquiavel em sua obra *O Príncipe* chega afirmar que todo Estado é constituído por uma correlação de forças fundada na dicotomia que se estabelece entre o desejo de domínio e opressão, por parte dos grandes e do desejo de liberdade por parte do povo.

De forma que, o poder assumindo pelo príncipe na obra de Maquiavel inaugura uma nova concepção de uma nova ética, onde tudo é válido contanto que o objetivo seja de se conquistar e de se manter no poder apoiado pelo povo. “O principado provém do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma ou outra dessas partes” (MAQUIAVEL, 2004, p. 43). Nessa compreensão há uma separação entre a moral individual e a moral política. De forma que, cabe ao chefe do Estado agir de acordo com as circunstâncias e não a partir de preceitos morais individuais.

Porque há tamanha distância entre como se vive e como se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se; pois um homem que queira fazer em todas as coisas profissão de bondade deve arruinar-se entre tantos que não são bons. Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a valer-se ou não disto segundo a necessidade. (MAQUIAVEL, 2004, p. 73).

Ao escrever *O Príncipe*, Maquiavel idealiza um monarca que tivesse pulso firme, determinado que não medisse esforços para se manter no poder e ao mesmo tempo agisse sem

escrúpulos para conservá-lo. Nesse sentido, a teoria política construída a partir do pensamento de Maquiavel está basicamente voltada para a conquista e a manutenção do poder. Dessa forma, para Maquiavel a política é um dos meios, pelos quais os homens podem alcançar e manter o poder. Sendo assim, o governante deve estar preocupado em se manter no poder e estabelecer uma ordem estável entre os seus súditos, mesmo que tenha muitas vezes de fazer uso de mecanismos ou práticas cruéis.

Essas práticas serão válidas para o governante, na medida em que, lhe for útil para se manter no poder. O que do ponto de vista da ética tradicional é condenável, no pensamento político e ético de Maquiavel é aceitável. No entanto, para compreender o pensamento político de Maquiavel, faz-se necessário, antes de tudo, se compreender o indivíduo como sujeito histórico e fruto de um contexto específico. Nesse contexto, a ação dos governantes deve ser sempre impulsionada pela realidade dos fatos. De forma que, para manter-se no poder um governante aprenda a ser mau, se servindo ou não da maldade.

Veremos que todas as ações apontadas estão relacionadas com o princípio de dominação e visam à conquista e à manutenção do poder [...] Maquiavel define política como sendo toda ação humana relacionada ao poder. Assim sendo, política é a habilidade de executar estratégias que tenham por fim a conquista e a manutenção do poder. Não é apenas teórica, mas requer prática. O conhecimento e a execução de ações que visem ao poder fazem do homem um ser dominador e glorioso, o que significa dizer que a dominação é essencial na concepção de Maquiavel. (VITAL, 2010, p.102).

Em sua obra *O Príncipe*, o secretário florentino deixa claro que, na busca pela conquista do poder o homem deve usar de qual quer artifício, até mesmo o crime. Desse modo, em certas circunstâncias é legítimo para o governante fazer uso da maldade, quando se trata na conquista política do poder e na sua preservação. Nesse sentido, um poder se estabelece como legítimo quando os súditos, por meio da persuasão do governante, são levados a reconhecer e a aceitar a sua autoridade como legítima, isto segundo, a concepção de Maquiavel apresenta no *Príncipe*. Não é por acaso que na parte introdutória do *Príncipe* Maquiavel descreve as espécies e os modos pelos quais se conquistam os principados. Um dos grandes saltos dado por Maquiavel em relação a compreensão de poder, foi mostrar que de fato, essa é uma busca de qualquer governante.

3.4 A Importância da História

Na introdução do livro primeiro do Discorsi e em capítulos subsequentes Maquiavel estabelece uma nova exigência para os homens de ação política: conhecer a história política do passado, principalmente seus momentos mais significativos. “A história é mestra da vida, especialmente dos governantes” (MAQUIAVEL, 2015, p. 10). Ao analisar a história, Maquiavel extrai algumas características da natureza humana, elementos da mais pura malignidade, e considera-os imutáveis. Assim, além de uma filosofia da história, Maquiavel se serve de uma segunda ferramenta na construção do seu pensamento político: a psicologia humana.

Assim, a sua compreensão da psicologia humana é construída a partir de uma análise da história e do contato com os poderosos do seu tempo. A partir desta leitura histórica, Maquiavel conclui que os homens são ambiciosos e egoístas e que somente a lei poderia bloquear suas paixões. Para Maquiavel, “os homens repetem suas paixões e a forma de agir ao longo dos tempos (BIGNOTO, 2003, p. 13). Nesse sentido, ele adverte no *Príncipe* que o governante que quisesse ter êxito deveria aliar o conhecimento da história à compreensão da natureza humana, pois dessa maneira conseguiria adiantar-se aos acontecimentos futuros e estaria melhor preparados para enfrentá-los.

Fugindo do determinismo medieval, ressalta a importância da ação humana na edificação do destino das cidades, isto é, se o tempo cíclico nos proporciona um paradigma geral para o entendimento da história, ele não pode nos aclarar o particular de cada comunidade. Desse modo, nosso diplomata não recepciona, na sua integralidade, a visão antiga do eterno retorno dos acontecimentos. (BARROS, 2012, p. 51).

Diferentemente de Platão e Aristóteles e de vários pensadores clássicos, Maquiavel não persegue um modelo de cidade ideal, mas busca construir uma compreensão e uma teoria sobre o agir político e a história, a fim de contribuir na busca de melhores possibilidades de ação e de organização institucional em cada momento histórico específico.

O conhecimento da história pode ser definido como uma exigência necessária para obter êxito, e se for o caso, conquistar a glória. Nesse sentido, “usar o passado como guia é, para Maquiavel a melhor maneira de evitar os erros, que com muita frequência arruinaram os homens poderosos” (BIGNOTO, 2003, p.19). Esse conhecimento da história passada é

imprescindível a construção de um saber político e para a construção de um saber fazer político.

No entanto, a teoria política de Maquiavel que condensa também uma teoria da história não adota como pressuposto uma construção abstrato-conceitual, mas parte das conjunturas históricas particulares de cada momento histórico. Contudo, a teoria de Maquiavel não se limita ao estudo de casos das conjunturas particulares, mas pretende a partir delas construir uma teoria geral possível da ação e uma teoria geral possível das instituições, buscando estabelecer as condições adequadas da ação política e as condições adequadas do bom ordenamento legal e institucional.

Caminham os homens, em geral, por estradas já trilhadas. Aquele que é prudente, desse modo, deve escolher os caminhos já percorridos pelos grandes homens e copiá-los; sempre muito é aproveitado ainda que não se possa seguir fielmente esse caminho, nem alcançar inteiramente, pela imitação. (MAQUIAVEL, 2015, p. 26).

Neste sentido, para Maquiavel conhecer a história política, ou os modos e as razões que determinam as ações dos grandes homens do passado, é condição necessária para a construção de uma teoria da ação eficaz e para o exercício eficaz de ações políticas no presente e no futuro. Por isso, Maquiavel adverte no capítulo sexto de *O Príncipe* que não se deve estranhar o fato de que longos exemplos históricos são apresentados como apoio para falar da realidade presente ou da realidade futura.

Nesse sentido, o conhecimento que o governante tem da história e das estruturas sociais dadas confere-lhes liberdades disposicionais de escolhas no agir. Com o conhecimento abrangente da história e das estruturas sociais, o governante não submete os seus juízos à moral pré-existent, embora deva considerá-la. Nesse sentido, o estudo da história política representa o estudo das experiências políticas praticas dos homens.

4 AS IMPLICAÇÕES DO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL NA NOVA TEORIA DO ESTADO

4.1 Realismo Político

A concepção política de Maquiavel expressa em seus escritos rompe com uma tradição oriunda da Antiguidade Grega que defende a construção de utopias políticas, baseando o agir em princípios éticos. No entanto, o novo jeito de fazer política elaborada por Maquiavel descreve um perfil de governo a partir do contexto histórico em que ele está inserido. Assim, ele apresenta não como dever ser o governo ideal, como fez os gregos, mas como realmente, de fato ele é, e age.

Maquiavel, observando os fatos históricos constata que os homens sempre agiram pela via da corrupção e da violência. Antes mesmo de Hobbes, que defendia que no estado de natureza o homem é mau, Maquiavel já constatava a propensão do homem ao mau. Para Maquiavel, quem estabelece a forma de um Estado e promulga suas leis, deve partir do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que houver ocasião.

Diferentemente de Aristóteles que defende ser o homem é um animal social, Maquiavel demonstra a partir do instinto humano que ele é antissocial. Nesse sentido, para Maquiavel o homem é egoísta, ambicioso e invejoso e só pratica o bem ou se submete a lei movido pela necessidade de sobrevivência. Com sua postura realista e anti-utopista Maquiavel considera o homem que realmente ele é, como tal qual se apresenta na sua realidade histórica.

O fim do século XIV e o início do século XV marcam um momento de profundas transformações no cenário europeu. O eixo econômico, em virtude da queda de Constantinopla em 1453, sai do Mar Mediterrâneo e volta-se para o Atlântico. Portugal, cavaleiro do oceano, busca o novo caminho para as Índias. As monarquias nacionais fortes da Europa mercantil que vai garantir a instalação do impérios coloniais. As mudanças radicais nos campos econômico e político amparam-se em uma nova visão do mundo. (MAQUIAVEL, 2015, p. 09).

O contexto em que viveu Maquiavel é marcado pelas grandes descobertas geográficas que transferem o centro da vida econômica mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, deixando a Itália em uma posição secundária. De forma que, se presencia uma crise econômica acompanhada de uma crise política. Nesse contexto, Maquiavel analisa a natureza e

as características da ação política, buscando desvendar as leis que poderiam servir de guia para a prática.

Sendo assim, Maquiavel analisa a realidade e a história em seus aspectos concretos, abandonando teorias e ideias utópicas impossíveis de serem realizadas. De forma, que para Maquiavel, o fim da política é, antes de tudo a criação, o desenvolvimento e a manutenção do Estado. Para Maquiavel “os regimes não se mantêm com padre-nossos” ou “não se governa com o rosário nas mãos.” Diante da tradição que debatia a política como *deveria ser*, o secretário diz tratar da política como *ela é* (GUIMARÃES, 2010, p.40, grifo do autor).

Esse realismo se funda no pressuposto de que a história não se desenvolve casualmente, mas é produto da atividade política do homem, que possui finalidades exclusivamente práticas.

Maquiavel vê, portanto, a política como uma esfera autônoma da ação humana, a qual obedece à lei da utilidade e não a do bem. Uma vez que, o governo administra de acordo com a realidade concreta e com o homem real. Com o olhar racionalista e empirista da realidade, o secretário florentino se desliga daquela antiga visão política que visava uma ligação entre política, religião e moral, que é proposto pela tradição. A nova forma de Maquiavel ver a política e a relação do homem com esta, indica um novo jeito de se pensar a teoria política.

4.2 Uma Nova Ética

Um dos aspectos fundamentais para se compreender a visão ética construída por Maquiavel é saber que ela não se baseia numa hierarquia de valores, a priori, como pensava os medievais. Na sua teoria política há toda uma rejeição do legado ético da tradição, tanto grego como cristã, fazendo emergir em seu lugar uma moral laica de base naturalista. Assim sendo, o seu pensamento político rompe completamente com a compreensão Medieval que vinculava à política a religião.

O critério para a avaliação da ação política no pensamento de Maquiavel é a sua utilidade para a comunidade. Para ele a política deve ser julgada em função de sua utilidade para um grupo social. A partir deste pressuposto defendido por Maquiavel emerge um grande problema com relação a aplicabilidade dos valores éticos, pois ela serviria para estabelecer as relações efetivas entre os homens, legitimando até mesmo, a prática do mal, desde que seja para resguardar a harmonia e o bem estar social. É por isso, que Maquiavel é tachado por alguns como o defensor do imoralismo político.

No entanto, temos que ressaltar que vivendo em um ambiente político conturbado, o período de maior esplendor cultural de Florença e do seu rápido declínio, Maquiavel escreve para responder aos problemas políticos do momento histórico em que viveu. Sua vida pública como secretário de Estado é marcada por conflitos existente no mundo político. Sobretudo, em uma Itália, completamente fracionada em pequenos principados governados tiranicamente por casas reinantes sem nenhuma dinástica, de direitos contestáveis. O panorama de uma Itália dividida, em múltiplos Estados gerava conflitos internos e ao mesmo tempo tornava-se vulneráveis aos conflitos externos.

É a partir desse contexto conflituoso que Maquiavel se sente inspirado para escrever sua obra intitulada de *O Príncipe*, onde ele apresenta toda essa situação de ilegitimidade do poder, fracionamento territorial e político em que vivia a Itália. Por isso, Maquiavel descreve na obra um modelo de governo forte capaz de unificar a Itália. Desta forma, *O Príncipe* é considerado como um manual para os governantes, pois traz todos os desdobramentos de como conquistar Estados e conservá-los sob seu domínio. Nesse sentido, “a filosofia política, apresentada por Nicolau Maquiavel, também dispõe de um éthos e o coloca como normas a serem seguidas, instaurando em seu tempo uma moral, que tem como finalidade obter o poder” (VIDAL, 2010, p. 111).

O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária, e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados. Mas se não podem fazê-lo de qualquer modo, é aí que estão em erro e são merecedores de censura. (MAQUIAVEL, 2015, p. 20).

Diferentemente da tradição que se apoia numa concepção de bem e mal, de justo e injusto, cujos conteúdos preexistem já fixados, Maquiavel é defensor de uma ética laica, onde as ações individuais não são julgadas pelo coeficiente intrínseco da moralidade, mas pelo efeito político que podem produzir diante de uma determinada situação. Esta é uma postura completamente diferente da tradição que defende uma hierarquia de valores, as quais as ações humanas serão julgadas.

Nesse íterim, Maquiavel apresenta uma novidade que rompe com toda a tradição, a separação entre política e ética. Nesse sentido, Maquiavel foi o primeiro a discutir a política e os fenômenos sociais, sem recorrer a ética ou a jurisprudência. Para Maquiavel, a política era uma única coisa: conquistar e manter o poder ou a autoridade como ele tão bem descreve nos seus escritos.

O pensamento político de Maquiavel se enquadra no contexto humanista, que rejeita toda e qualquer reflexão baseada na Idade Média. No entanto, apesar do Renascimento ser um movimento de ruptura, que propõe o retorno a Antiguidade clássica, a concepção ética proposta por Maquiavel é um contraponto a toda a tradição no tocante a abordagem ética. Para ele, “O fundamental é a vantagem de praticar ações que sejam traduzidas em resultados plausíveis para quem as realiza” (VIDAL, 2010, p.113). Nesse sentido, sua filosofia política é construída a partir da negação do legado ético grego e cristão.

A filosofia cristã, legada pela Idade Média ao Renascimento, concebia o homem como um ser temporal, de vocação social, dotado, porém, de uma distinção extraterrena, isto é, como um ser que vive naturalmente em sociedade, subordinado à lei positiva, mais que deve, antes de mais nada, obedecer à lei natural, colocada acima da própria autoridade do Estado, e que este não deve contrariar, pois ela emana da própria lei eterna. (SCOREL, 1979, p. 93).

Ao contrário do que pensavam os medievais, Maquiavel não reconhece a subordinação do Estado a valores espirituais transcendentais, nem que o homem possua direitos naturais, que antecedia a vida social. Para ele, os homens no estado de natureza deveriam ser nivelados aos animais, pois, estes não tinham discernimento entre o bem e o mal, de justiça e injustiça. Com isto, Maquiavel defende que no Estado de natureza não existe a noção de moral e justiça, mas estas resultam de uma obediência às condições e exigências sociológicas.

Apesar de Maquiavel admitir a existência de atos bons ou maus conforme observem o bem ou não da comunidade, a sua concepção de moral não admite a existência de um Bem ou um Mal preexistente que definam os atos humanos. Para Maquiavel, a atividade política deve ser desenvolvida fora dos ditames da moral, que possui regras e leis próprias. Nesse sentido, o valor moral no pensamento de Maquiavel é absorvido praticamente pela política e ao mesmo tempo perde completamente a sua autonomia e sua transcendência.

A teoria política construída a partir do pensamento de Maquiavel, desvincula-se completamente das categorias transcendentais como pensava os medievais e ao mesmo tempo se torna avessa e independente à tradição moral cristã. Nesse sentido, a atividade política se torna autônoma de todos os ditames da lei moral anterior e faz emergir uma ética empírica e utilitarista, defendendo que a ação humana deve estar voltada segundo as exigências do momento. Como para Maquiavel, agir segundo a normatividade ética, nem sempre levaria a permanência no poder, mas ao insucesso, ele defende que a atividade política, por sua própria dinâmica, “impõe aos que praticam uma maleabilidade adequada aos imperativos da realidade

histórica, uma capacidade de adaptação e improvisação proporcional às variações frequentes da situação de fato a enfrentar” (ESCOREL, 1979, p.104).

4.3 Virtú e Fortuna

No penúltimo capítulo de sua obra *O Príncipe*, Maquiavel aborda a questão da Virtú e da Fortuna. No entanto, para tratar destas questões ele recorre aos ensinamentos dos historiadores clássicos, sobretudo, quando se refere ao termo fortuna. Essa terminologia para os Antigos apresentam duas acepções que pode ser consideradas necessárias para a compreensão desse termo, no pensamento de Maquiavel.

Há nesse sentido, uma acepção na Roma Antiga e outra que é construída a partir da visão cristã. No entanto, nas duas acepções a fortuna pode ser caracterizada pelo acaso. Mas para os romanos esse acaso possui tendências. Já para os cristãos o acaso se configura como uma realidade propriamente dita, indeterminada, há, nesse sentido, uma diferença na compreensão dessa terminologia, entre essas duas concepções.

Para os antigos a fortuna não era uma força inexorável. Ao contrário, sua imagem era de uma deusa boa, uma aliada potencial, cuja simpatia era importante atrair. Essa deusa possuía dos bens que todos os homens desejavam: a honra, a riqueza, a glória, o poder (...) Essa visão foi inteiramente derrotada com o triunfo do cristianismo. A boa deusa, disposta a ser seduzida, foi substituída por um poder cego, inabalável, fechado a qualquer influência, que distribui seus bens de forma indiscriminada. Sadek comenta que o próprio símbolo da fortuna, a cornucópia, teria sido, na era cristã substituída pela roda do tempo, que gira indefinidamente sem que possa descobrir seu movimento. Nessa visão, os bens valorizados no período clássico, nada são. O poder, a honra, a riqueza ou a glória não significam felicidade. Esta não se realiza no mundo terreno. O destino é uma força da providência divina e o homem sua vítima impotente. (SADEK, 2002, p. 22).

O cristianismo substituiu a figura da deusa, pelo conceito de providência divina, pelo determinismo. Essa mudança de mentalidade, com relação ao termo discutido que preocupa Maquiavel. Uma vez que, a realidade política da sua época mostra que a conquista do governo se dá mediante as estratégias administrativas e a fortuna e não a virtú. É por isso, que Maquiavel na sua obra *O Príncipe*, destaca que os Médici na conquista do poder contaram não somente com as tropas espanholas, mas também com a fragilidade administrativa de Piero Soderini, e, é claro, com a fortuna.

Na conquista do poder, Maquiavel destaca que seus contemporâneos teria duas opções. A primeira consiste na desistência pela busca do poder, pois todo e qualquer esforço seria vã,

diante do incontrollável, pois toda realidade humana, nesse sentido, seria fruto, do acaso, ou seja, do destino. Nesse sentido, não haveria o que fazer a não ser se entregar de bom grado a fúria do destino. A segunda seria tentar atrair os favores da fortuna, fazer com que a deusa não resista a determinado caprichos. Desta forma, o governante, poderia atrair os privilégios que viria da fortuna. No entanto, para atrair a bondade da deusa exige um determinado modo pelo qual deve-se proceder.

Como *O Príncipe* é considerado o manual da ciência política moderna, ele apresenta toda essa realidade em forma de conselho para os governantes. Nesse sentido, ele tece alguns conselhos aos governantes que tenha pretensões em relação aos bens dos quais dispõe a fortuna. Ao se referir a fortuna, Maquiavel rompe com a concepção cristã e se aproxima com a tradição, quando identifica a fortuna com uma deusa que é também mulher. Para atrair suas graças ser necessário vir até ela, um homem que tivesse coragem. Então, só poderia se aproximar dela o homem que tivesse a virtú no mais alto grau, este sim seria beneficiado com os presentes da cornucópia da fortuna.

Estou convencido de que é melhor ser impetuoso do que circunspecto, porque, porque a fortuna é feminina e, para dominá-la, é preciso bater-lhe e contrariá-la. E é geralmente reconhecido que ela se deixa dominar mais por estes do que por aqueles que procedem friamente. A sorte, como mulher, é sempre amiga dos jovens, porque são menos circunspectos, mais ferozes e com maior audácia a dominam. (MAQUIAVEL, 2015, p. 86).

No *Príncipe*, Maquiavel apresenta a fortuna, como essa deusa boa, ela é mulher deseja ser seduzida, sobretudo, por homens que corajosos que demonstra possuir a virtú. Maquiavel pensa um governante não mais baseado nos princípios cristãos, mas que seja capaz de fazer uso da virtú para se conquistar e se manter no poder. Nesse sentido, a virtú é a força moral do príncipe, por meio da qual ele fará uso para conseguir a glória cívica, mesmo que suas ações sejam iníquas. Esse termo é utilizado mais numa perspectiva política do que ética, de forma que, se separa completamente da tradição cristã.

De acordo com essa premissa, a virtú é fundamental para a conquista e a manutenção do poder. “O homem de virtú saberá agir de modo a conservar seu poder apesar do caráter indeterminado do universo político (BARROS, 2012, p. 54). Nesse sentido, as qualidades de um governante que queira se manter no poder é sobretudo, a sabedoria de agir conforme as circunstâncias. Para Maquiavel a força explica o fundamento do poder, porém é a posse de

virtú a chave por excelência do sucesso do governante, sucesso esse que tem uma medida política: a manutenção da conquista.

Em relação aos caminhos que os levam à finalidade que procuram, isto é, a glória e riquezas, costumam os homens proceder de modos diversos: um com circunspeção, outro com impetuosidade, um pela violência, outro pela astúcia, um com paciência, outro com a qualidade contrária, e cada um por esses diversos modos pode alcançar aqueles objetivos. (MAQUIAVEL, 2015, p. 85).

No início da obra *O Príncipe*, Maquiavel afirma que o poder se funda mediante a força mas é necessário a virtú para a sua permanência. É por isso, que no início da obra ele faz distinção puramente formal entre os precipitados hereditários e os novos. Com isto, ele sublinha que o poder se funda na força, mas é necessário a virtú para se manter no poder. Sendo assim, um governante virtuoso procurará meios que facilite o seu domínio, sobretudo, nos domínios recém adquiridos. Sem virtú, sem boas leis, sem boas armas um poder rival poderá impor, destes constrangimentos não escapam nem mesmo os principados hereditários.

4.4 Comportamento do Príncipe: Os Fins Justificam os Meios

A história política posterior a Maquiavel é marcada com diversas conotações negativas. Nesse sentido, a celebre frase: os fins justificam os meios atribuída a Maquiavel, marca toda a história do pensamento político moderno, numa conjuntura pejorativa. A maioria dos não leitores de Maquiavel se utiliza desse pensamento para criticá-lo. O pensamento político de Maquiavel é, sem dúvida alguma, no âmbito da teoria política, o que mais provocou reações e protestos ao longo do tempo.

O maquiavelismo tornou-se, assim, a representação mais acabada do mal. Esse mito acompanha esses quatro séculos de existência de sua obra. Diante da tradição que apresentava a política como ela deveria ser, Maquiavel procura tratar a política como ela se apresenta no contexto histórico. Se deparando com um modelo de política corrompida, Maquiavel faz uma análise da sua realidade e mostra que a lógica que conduz as ações políticas ou dos Estados, não devem ficar submetidas a julgamentos morais, ou baseada nas noções de bem ou de mal, mas a ação política deve ser julgada pelos resultados que ela pode produzir.

Nas ações de todos os homens, principalmente dos Príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa são os fins. Procure, pois, um Príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e

louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados, e o mundo é constituído pelo vulgo, e não haverá lugar para a minoria se a maioria tem onde se apoiar. (MAQUIAVEL, 2015, p. 63-64).

No entanto, não se pode esquecer o contexto histórico da península Itálica em que viveu Maquiavel e o seu sonho e torná-la unificada e livre das potências estrangeiras que a dominavam e a exploravam. Nesse contexto, podemos compreender Maquiavel que sonha com a unificação de sua pátria. Para o príncipe, então, que se propusesse a realizar esta tarefa, tudo seria possível, independentemente dos meios que seriam utilizados. “Assim, é necessário a um Príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha dou deixe de valer-se disso segundo a necessidade (MAQUIAVEL, 2015, p. 56). Contudo, a criação do mito que Maquiavel é justificador de arbitrariedades no campo político aos pouco foi deformando o pensamento de Maquiavel. Isto é resultado da falta de conhecimento de toda a sua obra, ou da leitura descontextualizada da mesma.

Para Maquiavel, a política possui uma lógica e ética própria, e o príncipe, na execução de seu projeto de criação e manutenção do Estado, estaria utilizando-as na construção da razão de Estado. A situação de ilegitimidade do poder, fracionamento territorial e político da Itália leva Maquiavel a buscar soluções na sua obra *O Príncipe*. Na compreensão de Maquiavel, o Estado, por intermédio do governante, possuía razões que justificavam suas ações, de uma maneira totalmente diferente daquelas que justificam as razões humanas. Nesse sentido, a conhecida frase: os fins justificam os meios pode ser considerada como o fio divisor que separa a política da moral e da ética.

Todos compreendem o quanto seja louvável a um Príncipe manter a palavra e viver com integridade, não com astúcia; contudo, observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve Príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam, pela astúcia, iludir os homens, superando, enfim, os que foram leais. (MAQUIAVEL, 2015, p. 61-62).

Em o *Príncipe*, política não é vista é visto mais através exterior a ela própria, mas sim como uma atividade humana. O que move a política será a luta pela conquista e manutenção do poder. No capítulo XVIII Maquiavel deixa claro que todo julgamento moral deve ser secundário na conquista, consolidação e manutenção do poder. No entanto, quando Maquiavel se refere a esta realidade ele tem em vista a salvação da pátria.

Dessa maneira, não podemos compreender o pensamento de Maquiavel sem nos reportar ao seu contexto histórico. Nesse sentido, a teoria política construída por Maquiavel

visibiliza a unificação da Itália, não podendo servir de modelo para toda e qual quer ação política como é comumente pensando hoje. Nessa linha de entendimento, não se pode dissociar fins e meios em termos de práxis política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso propósito básico desta pesquisa foi refletir sobre a teoria política a partir do pensamento de Maquiavel. Vale ressaltar que, depois de Maquiavel a análise política sempre nos leva, na realidade, a um debate, entre fins e meios. Nesse contexto, faz-se necessário nos perguntarmos, sendo legítimos os fins, pode se fazer uso de quaisquer meios, mesmo que sejam moralmente repreensivos, para se conquistar e manter o poder?

Alguns se baseando no pensamento de Maquiavel, procuram dissociar fins e meios afim de da conquista e manter seu poder. Não vemos, no entanto, como dissociar fins e meios em termos de práxis política, uma vez que, os meios são muitas vezes, praticados sem o intuito de cumprimento de dever moral, mas tendo em vista a consecução de um fim desejado no campo político.

Nesse sentido, a política não pode ser autônoma em relação a ética, como é comumente defendido na sociedade atual. Se essa afirmação, ganha legitimidade, então, haverá uma perversão dos valores morais, de forma, que no campo político tudo poderá ser feito, e os escabrosos casos de corrupção passa a ser normal.

No entanto, quando nos debruçamos sobre a sociedade atual, o contexto em que é exercida a atividade econômica vemos que, há uma profunda separação entre política e ética, os líderes políticos esquecem que a política deve ter sempre em vista o bem do Estado, especificamente do povo. A moral na política deve envolver a referência implica ao que é público. A inobservância de regras morais por parte de quem esta a frente do poder público tende a levar o caos social e ao descrédito das instituições públicas, realidade comumente presenciada na nossa sociedade brasileira. Nesse sentido, esse assunto deve ser cada vez mais debatido, para que se chegue a soluções mais eficazes.

Diante dessa toda essa situação em que vive o povo brasileiro, acreditamos que o exercício da política não pode esta dissociada da ética. A falta de ética na política tem gerado uma corrupção desenfreada, incrementando cada vez mais a miséria, as mazelas e as desigualdades sociais. Todo esse contexto, nos remete a pergunta inicial, haveria uma ética ideal que pudesse servir de parâmetro para a prática política?

Nesse sentido, quando pensamos a política afastada da moral e reduzida e técnica de exercício de poder, a teoria maquiavélica vem sendo veemente criticada e tida como modelo imoral da prática do poder. Nesse sentido, a prática política vigente no Brasil vem desde o tempo do Império seguindo a risca esse modelo imoral de política. Hoje mais do que nunca,

presenciamos escândalos e mais escândalos, sem apresentarem soluções jurídicas e éticas e que dão margem, ante a impunidade reinante, a outras atrocidades éticas, tudo com a justificativa da manutenção e exercício do poder. Os desvios de verbas públicas presenciadas ultimamente, na nossa realidade brasileira, demonstra que a realidade política que estamos inseridos é bem mais complicada e antiética do que podemos imaginar.

REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Helton. **Maquiavel: Política e Retórica**. Belo Horizonte: Ufmg, 2009.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: A lógica da força**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 lições sobre Maquiavel**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BIGNOTO, Newton. **A Antropologia Negativa de Maquiavel**. Disponível em: <<http://www.analytica.inf.br/analytica/diagramados/148.pdf>>. Acesso em: 04 dez 2013.
- _____. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BITTAR, Eduardo C. B. **Doutrinas e filosofias políticas: contribuições para a história das ideias políticas**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BODÉUS, Richard. **Aristóteles. A Justiça e a cidade**. (Trad. Nicolas Nyimi Campanário). São Paulo: Loyola, 2007.
- CALVINO, Ítalo. ENTRELIVROS. **Entre Clássicos**. São Paulo: Ediouro, nº 01, Julho, 2006.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As Grandes Obras Políticas: De Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
- ESCOREL, Lauro. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: Universidade de Brasília, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GUIMARÃES, Carlos Nunes. **Maquiavel e Max Weber: Ética e Realismo Político**. Disponível em: <http://www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/edicao_4/07.pdf>. Acesso em: 04 dez 2013.
- HESSEN, Johannes,. **Teoria do conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel (Florença e Roma)**. 1. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **A Arte da Guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- _____. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Escritos políticos.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

_____. **O Príncipe.** São Paulo: Schwarcz, 2010.

_____. **O Príncipe: Escritos Políticos.** São Paulo: Abril Cultural, 1993.

_____. **O Príncipe.** (Trad. Maria Júlia Goldwasser). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NIVALDO JÚNIOR, José. **Maquiavel, o poder: Historia e marketing.** 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martin Claret.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do humanismo a kant.** v 2. 8. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **História da filosofia: do humanismo a kant.** v 1. 11. ed. São Paulo: Paulus, 2012.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel.** Porto Alegre: L&PM, 2010. Denise Bottmann.

SADEK, Nicolau Maquiavel: **O cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú.** In. WEFFORTE, Francisco (Org). Os clássicos da Política. V.1. São Paulo: Ática, 2002.

TOMAS, de Aquino, Santo. **Escritos Políticos de Santo Tomas de Aquino.** Petrópolis: Vozes, 2011.

VIDAL, Maria José da C. Souza. **Éthos e política segundo Maquiavel.** Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/saberes/Numero%20Especial/Maria%20Jose%20da%20C%20Souza%20Vidal_p_101-116.pdf>. Acesso em: 04 dez 2013.

WATANBE, Ligia Araújo. **Platão, por mitos e hipóteses. Um convite a leitura dos diálogos.** São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Logos).